
Comunicações e Informes

MARI – Grupo de Educação Indígena

Foi formado no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo o MARI – Grupo de Educação Indígena. MARI, na língua dos índios Kayapó-Xikrin, habitantes do Estado do Pará, norte do Brasil, é um verbo que significa ouvir, entender e sentir; está ligado à percepção e à emoção.

A educação escolar indígena

No Brasil de hoje quase todos os grupos indígenas reivindicam uma escolarização formal, embora possuam sistemas educacionais que lhes são próprios e característicos.

Essas sociedades devem ter assegurado seu direito a uma escola com características específicas, através da formação especializada dos professores indígenas, de desenvolvimento de currículos, programas e processos de avaliação de aprendizagem flexíveis, de calendários escolares e da publicação sistemática de material didático em línguas maternas e em português, que incluam os conteúdos científicos e culturais correspondentes ao grupo respectivo, buscando a valorização e fortalecimento do conhecimento tradicional vigente nos grupos indígenas.

Nos últimos anos, temos acompanhado no Brasil um crescimento das populações indígenas, aliado a um incremento nas suas formas de organização e atuação políticas. Diferentes grupos indígenas têm se organizado e assumido a autoria de seus processos de educação escolar.

Na atual Constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, é reconhecida, entre outros direitos, a educação escolar aos grupos indígenas do país: “o ensino regular escolar será ministrado na língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização também de

suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Capítulo da Educação).

Essa conquista foi resultado de anos de mobilização, articulação e intensa participação no processo constituinte, por parte do movimento indígena e de entidades de apoio ao índio. Nesse sentido, as escolas indígenas deixam de ser um instrumento de imposição de valores e normas culturais da sociedade envolvente.

Mesmo assim, esse direito a um sistema escolar específico continua sendo negado e confundido com a imposição de um determinado sistema de ensino e uma determinada forma de escola.

O objetivo principal do trabalho do MARI é que cada grupo indígena assuma seu próprio processo de educação formal. Nosso trabalho é dar condições para que eles assumam e gerenciem seus próprios projetos de escola.

A equipe que compõe o Mari – Grupo de Estudos de Educação Indígena tem uma proposta de trabalho interdisciplinar e vem, de diferentes maneiras, lutando articuladamente com outras instituições e entidades pro-índio, para que se formule uma política nacional de educação indígena.

A questão indígena para a sociedade envolvente

O MARI está voltado também para a produção de material informativo sobre as sociedades indígenas e sua realidade atual para a sociedade brasileira não-índia.

Como componente curricular normalmente ausente nos conteúdos das disciplinas de 1º e 2º graus, a questão das sociedades indígenas no Brasil tem sido sistematicamente mal trabalhada dentro das salas de aulas. Os professores, na sua grande maioria, andam mal informados sobre o assunto; os livros didáticos, com raríssimas exceções, têm se mostrado deficientes no

tratamento da diversidade étnica existente no Brasil, de 1500 aos dias atuais; e os meios de comunicação têm produzido imagens distorcidas da realidade indígena. A questão indígena tem estado, assim, embutida num ambiente de preconceito, discriminação e total desinformação, dentro e fora da escola.

O MARI tem produzido subsídios e atuado concretamente para reverter essa situação, contribuindo, a nível da educação escolar, para o processo de formação de cidadãos mais conscientes e bem informados a respeito não só da realidade indígena hoje mas também da própria realidade brasileira, permeada por tantas desigualdades e injustiças sociais.

Os problemas comuns enfrentados pelas sociedades indígenas no Brasil, relacionados, fundamentalmente, à perda da capacidade de decidir livremente sobre suas próprias vidas, e ao direito de manter suas línguas e culturas diferenciadas, deve despertar a consciência de todos para a necessidade de construção de uma nação mais justa e respeitosa dos direitos das pessoas.

As diretrizes do MARI

Formado por antropólogos com experiência de pesquisa e trabalho em áreas indígenas no Brasil, o MARI tem como diretrizes:

-Respeitar a autonomia cultural e os direitos dos povos indígenas no Brasil, apoiando-os em sua luta pela sobrevivência física e cultural e em suas reivindicações específicas;

-Acompanhar a atuação da política indigenista oficial e das missões religiosas, no

que se refere à educação escolar, criticando, denunciando e fazendo propostas;

- Realizar pesquisas na área de Antropologia da Educação, promovendo grupos de estudos, debates, seminários e publicações sobre o tema;

-Informar a opinião pública nacional e internacional sobre a situação atual dos povos indígenas no Brasil por meio de publicações, exposições, cursos e assessorias;

-Articular e desenvolver propostas com associações, instituições pró-índio, ecológicas e de promoção dos direitos humanos, que tenham objetivos relacionados à educação;

-Produzir e divulgar publicações e materiais didáticos para comunidades e escolas indígenas;

-Realizar assessorias, e acompanhar a implantação de projetos de educação com grupos, organizações, movimentos indígenas ou representantes de outros grupos étnicos.

Currículos e Escolas Indígenas

O MARI tem assessorado diferentes projetos de educação em áreas indígenas, assim como encontros de professores índios em diferentes regiões do Brasil. Palestras em escolas e universidades sobre temas relacionados a realidade indígena brasileira têm sido proferidas pelos membros do Centro MARI.

Entre outras atividades que o MARI vem desenvolvendo destacamos a realização do Seminário "Currículos e Escolas Indígenas", cujo documento final reproduzimos abaixo:

Documento final do Seminário "Currículos e Escolas Indígenas", promovido pelo MARI - Grupo de Estudos de Educação Indígena do Departamento de Antropologia da USP, a 29 e 30 de outubro de 1990, em São Paulo.

O tema "Currículos" tem se apresentado, nos últimos anos, como um dos assuntos fundamentais nos Encontros de Professores Indígenas em várias regiões do Brasil.

A necessidade de se elaborar currículos específicos para as escolas indígenas motivou estudos e reflexões sobre essa questão. O seminário foi promovido com o intuito de ampliar a troca de

conhecimentos e experiências sobre currículos e escolas indígenas, principalmente entre entidades que assessoram trabalhos de educação indígena.

Consideramos **currículo** como todas as atividades relacionadas ao processo de aprendizagem, que envolve professores, alunos e toda a comunidade. Isto vem se contrapor à concepção tradicional de currículo que enfatizava o ensino como um processo de instrução entre professores e alunos, onde os primeiros eram vistos como repassadores de informações. O currículo, segundo esta visão, era elaborado por professores e técnicos de educação, não considerando as especificidades de cada caso, sendo que os alunos e inclusive os professores eram seus simples usuários.

Foram levantados, durante o seminário, vários princípios básicos que dizem respeito ao processo de educação escolar indígena e que levam à construção coletiva de currículos diferenciados.

1. A ênfase do processo educativo está na aprendizagem, e não no ensino.
2. Esta aprendizagem, como processo de construção coletiva de conhecimentos, envolve alunos, professores e comunidades.
3. O currículo não é um programa estabelecido a priori, mas se constrói durante todo o processo educativo, a partir da identificação de centros de interesse, áreas temáticas e das necessidades prioritizadas pela comunidade. Isto significa que a comunidade deve controlar a eficiência e relevância de todos os aspectos curriculares: objetivos, justificativas, conteúdos, metodologia, acompanhamento e avaliação.
4. As atividades desenvolvidas de acordo com as áreas temáticas devem respeitar e levar em conta os conhecimentos que são trazidos pelos alunos para a escola e os aspectos cognitivos de cada comunidade.
5. O processo de aprendizagem e, portanto, o currículo, deve ser constituído pelos conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas e conhecimentos relevantes de outras culturas.
6. O currículo deve atender aos interesses concretos e imediatos das comunidades. Para que os conhecimentos sejam internalizados, é preciso que estejam relacionados aos interesses e necessidades de cada grupo indígena.
7. Os conhecimentos construídos durante o processo educativo não devem ser compartimentalizados, e sim trabalhados de forma global e integrada. A escolha e o estudo de um tema, como por exemplo a extração de madeira, deve possibilitar o desenvolvimento de diferentes áreas de conhecimento, como a matemática, geografia, biologia, história, linguagem e outros.
8. Todos os elementos da realidade sócio-cultural devem ser usados como recursos educativos, como por exemplo a construção de uma casa, de uma canoa, a realização de um ritual de casamento, ou uma cerimônia de iniciação.
9. Na seleção e utilização de materiais didático-pedagógicos, devem ser priorizados os elementos da realidade local, tais como sementes, palha, barro, pedras, sucata, etc.
10. O processo de construção de um currículo, visto desta maneira, implica num aproveitamento das capacidades físicas, integradas aos outros aspectos da formação do ser humano, como a imaginação, a emoção e a inteligência.
11. Todos os envolvidos neste processo de construção de um currículo: alunos, professores, membros das comunidades, pessoal de diferentes instituições que atuam em áreas, técnicos e assessores

especializados na questão da educação, devem passar por processos de formação para possibilitar a execução e desenvolvimento destes princípios.

Sugestões de uma metodologia mais adequada para a construção de currículos diferenciados

Dado que a construção de um currículo deve priorizar a participação dos alunos, o que se prepara previamente são simples sugestões para os alunos, professores e comunidade, para a organização do processo. Desta forma, elaboram-se esquemas flexíveis e não esquemas fechados.

I - Ampla pesquisa dos interesses, problemas e necessidades das comunidades. Nesta fase, o importante é a maneira pela qual os alunos podem identificar e comunicar suas necessidades. Isto se dá através de uma série de atividades iniciais que proporcionam um contato amplo com o meio ambiente, onde alunos e membros da comunidade devem interagir.

II - Desenvolvimento de situações de aprendizagem de acordo com as condições locais. Nesta fase, o importante é a seleção de atividades que desenvolvam os interesses selecionados na fase I e que sejam compatíveis com os recursos disponíveis no local. Estas atividades devem ser do tipo ativo e não do tipo passivo; dentro do possível, devem "realizar" mais do que "conversar sobre". Os alunos precisam envolver-se em várias atividades diferentes. É assim que aprendem.

III - Análise comparativa das experiências de aprendizagem e seu desenvolvimento. Nesta fase, incluem-se as análises das experiências de aprendizagem, avanços dos alunos, contribuições da comunidade e avaliação de todo o processo.

Estes foram os principais pontos discutidos durante o seminário. Os seguintes textos serviram de subsídios para as reflexões:

- Lemke, Donald. 1977 - **Pasos Hacia la Educación Abierta.** UNESCO, Chile.
- UNESCO - Organización de las naciones para la Educación, la Ciencia e la Cultura, 1976. **Algunos Alcances sobre el Planeamiento Curricular en las zonas Rurales.** Chile, 1976.
- Vários autores, 1986. **Proposta Curricular da Escola Indígena Tapirapé.** Aldeia Tapirapé, Santa Terezinha, Mato Grosso.
- Rojas, Yolanda M. - "La Cultura, La Educación y el Curriculum de los Latinoamericanos"
- UNESCO/Ministério da Educação Pública de Honduras, 1977. **Una Experiencia de Aprendizaje sobre Innovación Curricular.** Programa de Especialización de docentes en currículo y tecnología educativa Tegucigalpa, D.C.

Participaram do Seminário "Currículos e Escolas Indígenas" as seguintes entidades:

- MARI - Grupo de Estudos de Educação Indígena do Departamento de Antropologia da USP.
- Centro de Estudos Indígenas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Araraquara.
- Seminário Permanente de Educação e Estudos Indígenas da Faculdade de Letras da UFRJ.
- Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

- Comissão Pró-Índio do Acre.
- Comissão Pró-Índio de Roraima.
- Centro de Trabalho Indigenista.
- Organização dos Monitores Bilingües do Rio Grande do Sul.
- Coordenadoria de Indigenismo da Fundação Cultural do Governo do Estado do Acre.
- Núcleo de Educação Indígena do Rio Grande do Sul.
- Projeto Guarani do Departamento de Lingüística Aplicada da UNICAMP.
- Conselho de Missão entre índios da IECLB.

Contatos com o MARI

O MARI foi formado em 1989 por seis pesquisadores: Profa. Dra. Aracy Lopes da Silva, Profa. Dra. Lux Boelitz Vidal, Isabelle Vidal Giannini, Luís Donisete Benzi Grupioni, Mariana Kawall Leal Ferreira e Marta Maria Azevedo. Ele está aberto a alunos de graduação em Ciências Sociais e de programas de pós-graduação em Antropologia, que desejam realizar pesquisas e trabalhos na área de Antropologia da Educação e Etnologia Indígena. Os interessados devem se dirigir ao MARI no favo 8, Colméias, CRUSP - Rua do Anfiteatro, s/n, Cidade Universitária-USP, (tel. 211-0011 ramal 2.301).

O endereço para correspondência é:

MARI – Grupo de Educação Indígena
 Departamento de Antropologia
 USP - Cidade Universitária
 Cx. Postal 8.105
 05508 - São Paulo - SP
 Brasil